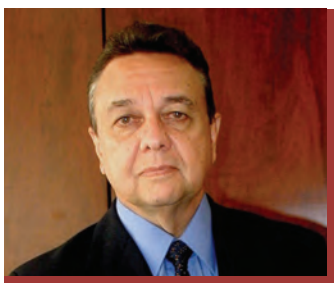


Diário de bordo

Uma boa aliança



Roberto Rodrigues*

POR MAIS radicais que sejam as atitudes das autoridades investidas da responsabilidade de proteger o meio ambiente, e por mais injustas que sejam contra produtores rurais que agem corretamente – e muitas vezes condenados por causa dos incorretos – há uma fraqueza nacional claramente prejudicial à competitividade do agronegócio brasileiro: o desmatamento na Amazônia.

Maior ainda que o fato, a versão nos perturba enormemente. É preciso reconhecer o problema, enfrentá-lo decididamente, e a revisão do Código Florestal abre a oportunidade para a discussão, que deve ser conduzida sem radicalismos de qualquer matiz.

O tema tem desdobramentos internos e internacionais.

Na área internacional, a referência é a COP 15, que, em dezembro próximo, em Copenhague, definirá os níveis de emissão dos gases de efeito estufa para o mundo do futuro. Precisamos chegar a esta importante conferência com um compromisso firme em relação à Amazônia. No mínimo uma moratória significativa, nos moldes do excelente exemplo da moratória da soja já em vigor. Cresce o movimento pelo desmatamento zero na Amazônia, e até as entidades de representação dos agricultores, como a CNA, apóiam a tese. Outros setores, no entanto, e não agrícolas, têm posição divergente: é

o caso dos estudiosos da eletricidade, que dizem ser a Amazônia o grande cenário futuro para hidroelétricas, o que traria problemas ambientais, pela barragem em si ou pela transmissão da eletricidade.

Mas não dá mais para ficar jogando o problema para cima. E um ponto é crucial: chega, definitivamente, de desmatamento ilegal!

E, independentemente dos resultados de Copenhague, precisamos cumprir o que prometemos lá, até para garantir a abertura e o crescimento dos mercados para os produtos brasileiros.

Isso nos leva aos desdobramentos internos, que nos capacitam para liderar a “economia verde” do pós-crise financeira.

Cerca de 14 entidades do nosso agronegócio, entre as quais a Abag, a Abiove, a Unica e a Orplana, firmaram uma Aliança Brasileira pelo Clima: Agricultura, Flores-tas Plantadas, Bioenergia.

É um passo importantíssimo, porque define um posicionamento sobre as mudanças climáticas e cobra ações do governo brasileiro. O documento assinala que o Brasil tem uma matriz energética limpa, com baixíssima contribuição para emissão de GEE, se comparado aos países desenvolvidos.

E, além de estabelecer recomendações ligadas ao regime internacional a ser definido pela COP 15, faz também recomendação para uso nacional, com ênfase para ações do governo brasileiro.

E aqui defende a forte redução do desmatamento; a formulação de políticas públicas que incentivam a correção das ações pela redução das emissões (prêmios), como tecnologias limpas e renováveis; a implementação de uma Política Nacional de Mudanças Climáticas, negociações bilaterais com países alinhados ao tema; implementação dos mecanismos de MDL, entre outras medidas.

Estamos avançando: os sinais da aliança são alentadores. ■

* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

Produzir

Interferência governamental



Cesário Ramalho da Silva*

A RETENÇÃO das exportações agrícolas da Argentina, por meio de impostos, é um arrocho aos produtores rurais locais. O recuo de participação dos produtos agrícolas argentinos no mercado internacional não é algo a ser comemorado, pelo Brasil.

A política implementada pelos governos Kirchner (Cristina e Néstor) ameaça o agro argentino e a força da produção agropecuária do Cone Sul. O Brasil e a Argentina podem ter divergências na agenda rural, mas é um erro pensar, que cresceremos mais em terceiros mercados atuando isoladamente, do que se trabalharmos juntos. Um agronegócio argentino forte é bom para o Brasil e vice-versa.

A interferência governamental de ampla magnitude no campo argentino é um tipo de medida populista, que parece ter ficado no passado aqui no Brasil.

Salvo algumas exceções, a participação do governo nacional no agro tem ocorrido, por meio de ações pontuais, de ajuste do mercado, principalmente, para corrigir distorções de preços, que atingem negativamente o produtor rural.

Contudo, ao anunciar a mudança dos índices de produtividade, o governo mostra que ainda vive do passado.

Primeiro: o ato ocorreu logo após manifestações do MST, o que não nos faz pensar outra coisa que não seja o fato de o governo ter pautado seu trabalho por um grupo, que sequer existe juridicamente,

para não arcar com possíveis processos, e que se camufla de social.

Segundo: encampou a idéia de que a agropecuária brasileira usa a terra como reserva de valor. No mundo globalizado, onde o agronegócio brasileiro é protagonista, quem for perdulário não está tendo uma atitude egoísta, mas, sim de irracionalidade. Como muito bem disse o ex-ministro Roberto Rodrigues, o mercado desapropria quem é improdutivo. Não é preciso uma lei para isso.

Terceiro: pareceu um jogo de cena, com vistas às eleições presidenciais do próximo ano. Afinal de contas, um bom afago é sempre bem-vindo.

A questão é que o índice tinha razão de ser nas décadas passadas, quando o Brasil tinha moeda fraca e vivia o pesadelo da inflação. Naquele momento, usava-se a terra como poupança, como patrimônio, muitas vezes sem utilizá-la. Hoje, vivemos outros tempos.

A existência de índices para agropecuária é uma insensatez. Comércio, indústria e serviços não têm indicadores a cumprir. Nesses casos, o livre mercado trata de regular a produtividade. No entanto, no Brasil ainda se tem a ideia romântica de que um pedaço de terra resolve o problema. A terra nada mais é do que um dos componentes da produção. Sozinha, não serve para nada.

Se o governo insistir com o modelo ideológico, passa a mensagem de que o produtor sempre terá que produzir só para atingir um indicador, mesmo não tendo para quem vender, como, por exemplo, em um período complicado, como o atual, de rescaldo de crise internacional.

Eficiente, o agronegócio gera emprego e renda, produz comida segura e barata, exporta para mais de 150 países, garantindo bilhões de dólares em reservas cambiais, num processo contínuo de transferência de benefícios socioeconômicos a toda sociedade brasileira. É este resultado para o País que o governo quer dilapidar? ■

* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

Opinião

Alimentos funcionais



João Sampaio*

O HOMEM precisa saber como comer. Esta parece ser a ordem mundial do consumo. Cada vez mais, as exigências da sociedade moderna cobram mais conhecimento e tecnologia sobre o que comemos e como podemos fazê-lo da maneira mais saudável e eficiente. Nesse ponto, a engenharia de alimentos e o agronegócio interagem. Uma para produzir conforme as demandas da sociedade, a outra para, conjuntamente com a primeira, buscar as soluções mais adequadas.

Comprovadamente, a tecnologia alimentar e a melhoria na nutrição foram fatores fundamentais para o aumento da expectativa de vida nos últimos 200 anos, demonstrando que o impacto da dieta na saúde vai muito além da nutrição básica. Agora, vivemos o crescimento dos alimentos funcionais, depois da onda dos alimentos *diet/light*.

Os alimentos funcionais são aqueles que produzem efeitos metabólicos ou fisiológicos por meio da atuação de um nutriente ou não nutriente no crescimento, desenvolvimento, manutenção e em outras funções normais do organismo humano, de acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A venda desses produtos tem crescido 20% anualmente, com a semente de linhaça liderando o *ranking* dos mais procurados.

Mas o que tem a ver o agronegócio com os alimentos funcionais? A dificuldade do setor em associar a combinação dos desejos dos consumidores com avanços da tecnologia na área alimentar e a produção no campo é a causa de certo espanto. No entanto, a atividade agrícola sempre esteve ligada à forma pela qual nos alimentamos e, hoje, está ligada a um estilo de vida, a uma dieta saudável e à potencial redução de doenças e, novamente, ao aumento da expectativa de vida.

A conexão da indústria alimentícia e a atividade agrícola passam pela intensificação de pesquisa e desenvolvimento (P&D). Um bom exemplo é a utilização da banana verde, cuja farinha possui propriedades no combate ao colesterol ruim e ao diabetes. Já em produção no Vale do Ribeira, a farinha é utilizada para fabricação de doces, pães e sorvetes. O próximo passo será transformá-la, por meio da tecnologia de alimentos, em farinha solúvel, para ser acrescentada em leite, sucos e no prato básico das pessoas. Estão sendo produzidas novidades como o óleo de soja não hidrogenado, livre de gordura trans, e novos adoçantes, derivados de frutas cítricas.

Novas variedades agrônomicas também são testadas. Entre os alimentos funcionais mais investigados destacam-se a soja, o tomate, os peixes e óleos de peixe e linhaça, o alho e a cebola, as frutas cítricas e cereais como a aveia.

Hoje, os principais mercados para alimentos funcionais são o Japão, os Estados Unidos e a Europa. Estima-se que movimentem quase US\$ 60 bilhões. Com o crescimento econômico e a entrada de novos consumidores em países populosos como a China, a Índia e o Brasil, a tendência é de crescimento na procura por uma alimentação saudável e aí se apresenta uma grande oportunidade para o agronegócio e a indústria de alimentos. ■

* Produtor rural e secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo